



COINTER PDVL 2023

X CONGRESSO INTERNACIONAL DAS LICENCIATURAS
Edição Presencial Recife (PE) | 29, 30 de nov a 1 de dez
ISSN: 2358-9728 | PREFIXO DOI: 10.31692/2358-9728

AUTISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR

AUTISM AND PUBLIC POLICIES FOR SCHOOL INCLUSION

AUTISM AND PUBLIC POLICIES FOR SCHOOL INCLUSION

Apresentação: Comunicação Oral

Cláudia Izabel dos Santos¹; Joenildo Junior²

DOI: <https://doi.org/10.31692/2526-7701.XCOINTERPDVL.0303>

RESUMO

O presente estudo sobre o Transtorno do Espectro Autista – TEA e as políticas públicas de inclusão escolar, fez uma reflexão sobre como o TEA afeta indivíduos e suas necessidades educacionais especiais, destacando os desafios enfrentados por eles no ambiente escolar tradicional. A questão da inclusão na integração de pessoas com deficiência tanto no contexto social quanto no educacional tem suscitado um interesse significativo na sociedade, e desempenha um papel importante na formação cidadã, o processo de inclusão de pessoas com deficiência ainda representa um desafio contínuo que requer constante aprimoramento. É fundamental reconhecer que a educação desempenha um papel central na transformação da sociedade. Frente a este contexto, a escola constitui o alicerce dessa integração, e as políticas públicas estabelecem as bases para sua implementação, com base em leis que buscam promover a igualdade e garantir o direito à educação para todos. O estudo teve por objetivo identificar o que é o autismo, como ainda, a conjuntura com as políticas de inclusão escolar, refletindo sobre os desafios e possibilidades do desenvolvimento da aprendizagem escolar. Além disso, analisou-se a evolução das políticas públicas de inclusão no contexto educacional, destacando a importância da legislação na promoção da diversidade e igualdade, como ainda discutiu a necessidade de conscientização e capacitação de professores e profissionais da educação para melhor atender às demandas de aprendizado desses alunos. Empregou-se a metodologia de revisão bibliográfica com uma abordagem qualitativa. A análise da legislação revelou que, ao se focar a questão da inclusão, especificamente no alunado com autismo, surgem desafios significativos, refletidos em notáveis barreiras e obstáculos, a distância entre o arcabouço legal e a realidade concreta ainda deixa os alunos

1 Pedagogia, Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central (FACHUSC) claudiaizabel86@gmail.com

2 Faculdade de Ciências Aplicadas de Petrolina (FACAPE) Junior-joenildo.junior@fachusc.com

autistas em uma posição vulnerável, especialmente no que tange à sua formação educacional. Considerando esse cenário, verificou-se que as escolas devem se empenhar em assegurar o acesso à educação e, sobretudo, a permanência com qualidade dos estudantes, um objetivo que depende diretamente da efetivação de políticas públicas de inclusão.

Palavras-Chave: Autismo. Políticas Públicas. Inclusão Escolar.

RESUMEN

El presente estudio sobre el Trastorno del Espectro Autista – TEA y las políticas de inclusión en las escuelas públicas reflexionó sobre cómo el TEA afecta a los individuos y sus necesidades educativas especiales, destacando los desafíos que enfrentan en el entorno escolar tradicional. El tema de la inclusión en la integración de las personas con discapacidad tanto en el contexto social como educativo ha despertado un importante interés en la sociedad, y juega un papel importante en la formación de ciudadanía, el proceso de inclusión de las personas con discapacidad aún representa un desafío constante que requiere constante Mejora. Es esencial reconocer que la educación juega un papel central en la transformación de la sociedad. En este contexto, la escuela constituye el fundamento de esta integración, y las políticas públicas establecen las bases para su implementación, a partir de leyes que buscan promover la igualdad y garantizar el derecho a la educación para todos. El estudio tuvo como objetivo identificar qué es el autismo, así como la situación de las políticas de inclusión escolar, reflexionando sobre los desafíos y posibilidades de desarrollar el aprendizaje escolar. Además, se analizó la evolución de las políticas públicas de inclusión en el contexto educativo, destacando la importancia de la legislación en la promoción de la diversidad y la igualdad, así como la necesidad de sensibilización y formación de docentes y profesionales de la educación para atender mejor las demandas de aprendizaje de estos estudiantes. Se utilizó la metodología de revisión de la literatura con un enfoque cualitativo. El análisis de la legislación reveló que, al enfocarse en el tema de la inclusión, específicamente de los estudiantes con autismo, surgen importantes desafíos, reflejados en notables barreras y obstáculos, la distancia entre el marco legal y la realidad concreta aún deja a los estudiantes autistas en una posición vulnerable, especialmente en lo que respecta a su formación académica. Considerando este escenario, se encontró que las escuelas deben esforzarse por garantizar el acceso a la educación y, sobre todo, la retención de calidad de los estudiantes, objetivo que depende directamente de la implementación de políticas públicas de inclusión.

Palabras clave: Autismo. Políticas públicas. Inclusión escolar.

Abstract



The present study on Autism Spectrum Disorder – ASD and public school inclusion policies reflected on how ASD affects individuals and their special educational needs, highlighting the challenges they face in the traditional school environment. The issue of inclusion in the integration of people with disabilities in both the social and educational context has raised significant interest in society, and plays an important role in citizenship formation, the process of inclusion of people with disabilities still represents an ongoing challenge that requires constant Enhancement. It is essential to recognize that education plays a central role in transforming society. In this context, the school constitutes the foundation of this integration, and public policies establish the bases for its implementation, based on laws that seek to promote equality and guarantee the right to education for all. The study aimed to identify what autism is, as well as the situation with school inclusion policies, reflecting on the challenges and possibilities of developing school learning. Furthermore, the evolution of public inclusion policies in the educational context was analyzed, highlighting the importance of legislation in promoting diversity and equality, as well as discussing the need for awareness and training of teachers and education professionals to better meet the demands of learning of these students. The literature review methodology was used with a qualitative approach. The analysis of the legislation revealed that, when focusing on the issue of inclusion, specifically on students with autism, significant challenges arise, reflected in notable barriers and obstacles, the distance between the legal framework and concrete reality still leaves autistic students in a position vulnerable, especially with regard to their educational background. Considering this scenario, it was found that schools must strive to ensure access to education and, above all, the quality retention of students, an objective that directly depends on the implementation of public inclusion policies.

Keywords: Autism. Public policy. School inclusion.

1. Introdução

O Transtorno do Espectro Autista-TEA definido pelo CID-11 (2018), é uma condição neuropsiquiátrica caracterizada por desafios na interação social, comunicação e comportamentos repetitivos, nos últimos anos, tem-se observado um aumento significativo de diagnósticos, e com isso, a necessidade de garantir uma educação inclusiva e de qualidade para indivíduos com essa condição. (SILVA E DIAS, 2018)

A inclusão escolar de crianças e jovens com TEA é uma questão de relevância global, refletindo o compromisso da sociedade em respeitar e valorizar a diversidade humana. Essa



inclusão não é apenas uma questão de direitos civis, mas também uma estratégia essencial para o desenvolvimento pessoal e social desses indivíduos. No entanto, a jornada em direção a uma educação inclusiva para este público é repleta de desafios complexos que demandam uma abordagem multifacetada. (LIRA, 2014)

Nesta era de avanços na compreensão do TEA e de crescente conscientização, é crucial investigar as políticas públicas de inclusão escolar para estes indivíduos, avaliando seu impacto, identificando áreas de melhoria e propondo estratégias que promovam a equidade educacional.

Diante disso, este artigo objetivou explorar de forma abrangente o que é o autismo, suas principais características, a relação entre o TEA e as políticas públicas de inclusão escolar, considerando não apenas as regulamentações legais, mas também os desafios práticos enfrentados por estudantes, suas famílias e educadores. (SILVA, 2018)

A justificativa para a realização do mesmo deu-se pela importância de examinar e analisar criticamente as políticas públicas de inclusão escolar relacionadas ao autismo, e entender como essas políticas têm sido desenvolvidas e implementadas, bem como seus impactos na vida das crianças e adolescentes autistas, suas famílias e a sociedade em geral, pela necessidade de disseminar informações e conhecimentos sobre o tema, contribuindo para a conscientização da sociedade, dos profissionais da educação, dos formuladores de políticas públicas e de outras partes interessadas, visto que a compreensão das complexidades envolvidas na inclusão de alunos com TEA pode levar a intervenções mais eficazes e a um sistema educacional mais inclusivo e equitativo. (FIGUEIREDO, 2014)

Tratou-se de um estudo de revisão bibliográfica que visou contribuir para um diálogo mais amplo sobre como criar ambientes educacionais mais acolhedores, onde cada aluno, independentemente de sua condição, onde possam florescer intelectualmente e participar plenamente da sociedade. Além disso, ele destacou-se a importância de uma abordagem colaborativa que envolva todos os envolvidos como pais e professores e demais profissionais, com o objetivo de construir um sistema educacional verdadeiramente inclusivo e equitativo para todos.

2. Fundamentação Teórica



2.1 Autismo; definição e características

Conforme afirmado por Silva (2018), o autismo é um conjunto complexo de transtornos do desenvolvimento do sistema neurológico, essa condição se caracteriza por dificuldades nas relações sociais e na capacidade de comunicação, sendo também conhecida como Transtorno do Espectro do Autismo-TEA, diante disso, essa perturbação neuropsiquiátrica que se manifesta de várias maneiras, tem raízes orgânicas se apresentando em diferentes graus de intensidade em cada indivíduo, assim, cada pessoa diagnosticada com autismo pode exibir comportamentos e habilidades distintos, assim como diferentes níveis de desenvolvimento.

De acordo com dados do INEP divulgados em 2019, no Brasil, 157,020 milhões de estudantes autistas foram matriculados em várias etapas de ensino durante no ano de 2019, nesse mesmo contexto o Jornal Terra (2022) cita que dados mais recentes do censo escolar em 2021, um total de 294.394 estudantes com autismo participaram dos níveis de ensino infantil, fundamental e médio, abrangendo tanto redes públicas quanto privadas. Isso representa um aumento significativo de 280% em relação a 2017, quando a contagem era de 77.102 alunos. Esses números são impressionantes, mas de acordo com especialistas em educação e terapeutas, eles representam apenas uma fração do grupo que deveria estar na sala de aula, estima-se que no Brasil haja mais de 2 milhões de pessoas com autismo, destacando a necessidade de maior inclusão educacional para essa população.

Dentro desse contexto, a inclusão ainda representa um desafio considerável nos dias atuais, no Brasil ainda se enfrenta notáveis barreiras e obstáculos que dificultam a participação de crianças com deficiências em igualdade de condições. A distância entre o que está estabelecido na lei e o que ocorre na prática ainda deixa esses indivíduos vulneráveis no que diz respeito à sua própria formação.

É de extrema importância, no entanto, que continuemos a busca pela efetivação dos direitos desses indivíduos em relação ao acesso e à permanência na educação, por meio de políticas públicas adequadas. Isso garantirá uma educação inclusiva para todos.

Antes de adentrar-se a abordagem sobre as políticas de inclusão, torna-se necessário compreender o que é o autismo e como este se manifesta no ambiente escolar. Esse transtorno do desenvolvimento normalmente começa a se manifestar por volta dos primeiros três anos de



vida afetando de maneira mais explícita, as habilidades de comunicação e interação social da criança, frequentemente resultando em preferências restritas por atividades e interesses específicos, frequentemente enfrentam dificuldades em estabelecer relações sociais típicas e podem exibir comportamentos compulsivos e rituais como ainda o desenvolvimento intelectual pode ser afetado de maneira não convencional. É importante ressaltar que o autismo não deve ser confundido com retardo mental ou lesões cerebrais, embora seja possível que algumas pessoas com autismo também apresentem outras condições médicas. (WEIZENMANN, 2020).

Pinto (2016), aponta que a origem do Transtorno do Espectro Autista ainda é desconhecida, mas a tendência atual é considerá-lo como uma síndrome com múltiplas causas, envolvendo fatores genéticos, neurológicos e sociais na criança e atualmente, estima-se que a prevalência global do TEA seja de aproximadamente 70 casos a cada 10.000 habitantes, sendo quatro vezes mais comum em meninos.

No Brasil, embora haja uma falta de estudos epidemiológicos abrangentes que permitam uma estimativa precisa, uma pesquisa recente indicou uma taxa de incidência de autismo de 27,2 casos a cada 10.000 habitantes e várias razões podem ser apontadas para o aumento na prevalência deste transtorno, como mudanças nos critérios de diagnóstico, maior conscientização por parte dos pais e da sociedade sobre a condição e seus sintomas, além do desenvolvimento de serviços especializados em TEA. (PINTO, 2016)

Frente ao autismo Leite (2016) discorre que:

Há a necessidade de uma investigação da atuação do professor e da unidade escolar, no intuito de perceber como ocorre o desenvolvimento do aluno com autismo. Se o aluno com TEA, apresenta características que comprometem tanto as relações afetivas como a linguagem, então há uma premente necessidade de apoio no processo de comunicação e ensino aprendizagem, conforme a atuação de uma equipe multiprofissional e de intervenções diretamente ligadas ao aspecto motor, ou melhor, psicomotor. (LEITE, 2022, p.5)

De acordo com Benitez & Domeniconi (2015) as manifestações desse transtorno se tornam mais evidentes à medida que a idade avança, refletindo-se nas interações sociais mais amplas e em comportamentos não verbais. Isso inclui a capacidade de manter contato visual direto, expressar-se por meio de expressões faciais, gestos corporais e outros meios que



influenciam a interação do indivíduo com o ambiente que o cerca.

Diante disso, é fundamental enfatizar que, independentemente de qualquer diagnóstico, cada indivíduo no espectro do TEA possui sua própria identidade e singularidade, cada pessoa é única, mesmo que compartilhe um diagnóstico semelhante, pois a individualidade transcende a condição clínica.

Conforme Benitez e Domeniconi (2015) na escola os alunos autistas enfrentam uma série de desafios únicos tais como:

Comunicação Social Limitada: muitos alunos autistas têm dificuldades em compreender e utilizar a comunicação social de forma eficaz, isso inclui a dificuldade em fazer amigos, interpretar linguagem corporal, entender nuances sociais e iniciar ou manter conversas.

Compreensão Social e Emocional: entender as emoções dos outros e lidar com as próprias emoções pode ser desafiador para alunos autistas o que pode resultar em dificuldades em lidar com situações sociais complexas, como conflitos com colegas.

Rigidez Comportamental: os alunos autistas podem ser propensos a comportamentos rígidos e repetitivos, mudanças na rotina ou atividades diferentes dos habituais podem causar ansiedade e desconforto.

Comunicação Verbal e Não Verbal: alguns alunos autistas podem ter atrasos na fala ou problemas de comunicação verbal, além disso, a comunicação não verbal, como contato visual e expressões faciais, pode ser limitada.

Sensibilidades Sensoriais: muitos alunos autistas têm sensibilidades sensoriais, o que significa que podem ser hipersensíveis (supersensíveis) ou hipossensíveis (menos sensíveis) a estímulos sensoriais como luz, som, texturas e cheiros, podendo afetar sua capacidade de concentração na sala de aula.

Dificuldades de Aprendizado: alunos autistas podem enfrentar desafios específicos de aprendizado, como dificuldades de processamento de informações, dificuldades com habilidades matemáticas ou leitura, e problemas de organização e planejamento.

Intolerância à Mudança: mudanças na rotina, no ambiente ou nas atividades podem ser particularmente difíceis para alunos autistas, causando muitas vezes a problemas de adaptação a novas situações ou ambientes.

Bullying e Isolamento: devido às dificuldades de interação social, podem ser alvos de



bullying ou isolamento por parte de seus colegas, o que leva a afetar significativamente sua autoestima e bem-estar emocional.

Necessidades de Apoio Especializado: frequentemente requerem apoio adicional e estratégias de ensino individualizadas para atender às suas necessidades educacionais específicas. (BENITEZ & DOMENICONI, 2015).

Diante desse contexto, segundo Alves (2016) é importante lembrar que cada aluno autista é único, e suas necessidades e desafios podem variar amplamente, por isso é crucial que escolas e educadores adotem abordagens individualizadas e inclusivas para atender às necessidades específicas de cada aluno autista.

Consciente disso, o sujeito emancipado pode identificar correlações muitas vezes não explícitas, que têm sido obscurecidas por influências que dominaram o desenvolvimento cultural em uma sociedade que, apesar de sua formalidade, pode carecer de substância real.

Assim refletir sobre a construção das políticas públicas inclusivas revela a complexidade inerente a esse processo, marcado por diversos interesses em disputa. A busca por uma sociedade mais plural e menos desigual nem sempre encontra consenso, o que torna necessário um olhar crítico e consciente sobre essa realidade. (ALVES, 2016)

2.2 Políticas Públicas e as Especificidades do Transtorno do Espectro Autista

A incorporação de um aluno com deficiência em uma escola regular não deve ser percebida como uma mera obrigação, mas sim como uma prática fundamentada em um paradigma educacional que valoriza a diversidade e os direitos humanos. Esse processo é complexo e envolve ações de diversos agentes ligados ao ensino-aprendizagem. O conceito de inclusão está intrinsecamente ligado aos princípios dos direitos humanos e à promoção da democracia, influenciado por fatores locais, globais, ideológicos, econômicos, sociais e culturais (NOZU, BRUNO & CABRAL, 2018).

Com o propósito de analisar as políticas educacionais, tanto no Brasil quanto no cenário global, é relevante destacar dois marcos históricos significativos, a promulgação da Constituição Federal de 1988, que surgiu em um contexto democrático renovado, e a promulgação da Lei 9.394/96, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira



(LDB) de 1996. Esta última representou uma tentativa fundamental de promover uma política de educação inclusiva, integrando as crianças com TEA nas escolas regulares e, por conseguinte, contribuindo para o estabelecimento da Política Nacional de Educação Especial em 2008, a qual visava atender de forma mais efetiva as necessidades das crianças com TEA.

No que diz respeito ao primeiro marco mencionado, a Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 205, estabelece a educação como um direito universal, um dever tanto do Estado quanto da família, e que deve ser promovida e incentivada por toda a sociedade, seu objetivo fundamental é o desenvolvimento integral do indivíduo.

Posteriormente foram instituídas outras legislações que respaldam esses direitos, sendo duas delas de destaque: a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (conhecida como Lei Berenice Piana) e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), também chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Uma das conquistas significativas da Lei Berenice Piana é a determinação de que "a pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais". Isso confere às pessoas com TEA os mesmos direitos conferidos às pessoas com outras deficiências, garantindo sua inclusão e proteção legal.

Outra conquista atual que se pode citar que favorece as pessoas autistas, é a recente Lei 14.624, promulgada em 17 de julho de 2023, que oficializa a utilização nacional da fita adornada com desenhos de girassóis como símbolo de identificação das pessoas com deficiências ocultas. Conforme estabelecido por essa lei, o uso desse símbolo permanece de caráter opcional, embora a presença do símbolo não substitua a necessidade de apresentar documentação comprobatória de deficiência quando solicitada.

É fundamental compreender que a deficiência não se limita apenas às condições visivelmente evidentes, como o uso de cadeira de rodas. Existem diversas formas de deficiência, incluindo deficiência intelectual, autismo, deficiência auditiva e até mesmo deficiência física que podem não ser imediatamente aparentes.

Nesse sentido, é importante enfatizar que não existe uma característica física universal que identifique alguém como autista, por trás de uma pessoa que não apresenta "traços autistas"



está alguém que merece empatia, compreensão e apoio. É vital lembrar que o autismo é um transtorno neurológico, não relacionado à aparência física, nenhum dos principais traços do Transtorno do Espectro Autista (TEA) está relacionado exclusivamente às características físicas

No entanto, apesar das legislações existentes, ainda há desafios significativos a serem enfrentados. O diagnóstico tem aumentado em todo o mundo, e as causas desse aumento são debatidas e discutidas, o conhecimento e a informação desempenham um papel crucial na compreensão e na aceitação dessas pessoas, portanto, é responsabilidade do poder público difundir informações e suas implicações para a população, conforme estabelecido pela Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Em suma, as políticas públicas desempenham um papel crucial na promoção dos direitos e na inclusão das pessoas com TEA na sociedade, é fundamental continuar a buscar o aprimoramento dessas políticas e a conscientização da população para garantir que cada indivíduo tenha a oportunidade de alcançar seu pleno potencial e viver com dignidade. (LEITE, 2016)

2.3 Desafios da Inclusão Escolar ds alunos com TEA

A inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um processo complexo e repleto de desafios, para compreender plenamente esses desafios, é fundamental explorar as barreiras e obstáculos que podem surgir ao buscar a inclusão efetiva nas escolas, é um caminho que envolve uma série de desafios complexos, que necessita enfrentá-los com empatia, comprometimento e colaboração entre todos os envolvidos, pois é possível criar um ambiente educacional inclusivo e equitativo, onde cada criança, independentemente de suas características, possa alcançar seu pleno potencial.(ALVES, 2016)

Para compreender os desafios da inclusão escolar de pessoas com TEA, é fundamental destacar a visão de Temple Grandin (2018), uma renomada autora e ativista autista, a qual enfatiza a importância de reconhecer a singularidade de cada indivíduo no espectro do autismo, que aponta que mesmo compartilhando um diagnóstico semelhante, cada pessoa possui suas próprias características e potenciais únicos, portanto, um dos desafios fundamentais é promover uma educação que respeite e valorize essa diversidade intrínseca.



Além disso, a compreensão das barreiras à inclusão pode ser enriquecida com as contribuições de Tony Attwood um renomado psicólogo clínico especializado em TEA. Ressalta que muitas crianças com autismo enfrentam dificuldades significativas na interação social e na comunicação e essas dificuldades podem tornar o ambiente escolar tradicional desafiador e até mesmo aversivo para esses alunos e um dos principais desafios é criar ambientes escolares que sejam sensíveis às necessidades específicas de comunicação e interação social dessas crianças. (APUD OLIVEIRA, 2022)

Diante disso verifica-se que a inclusão escolar de crianças e jovens com TEA é um desafio multifacetado que requer uma abordagem abrangente e sensível às necessidades individuais, é crucial reconhecer a singularidade de cada indivíduo no espectro do autismo, adaptar o ambiente escolar às suas necessidades específicas de comunicação e interação social, e promover a aceitação e a conscientização entre os colegas de classe.

3. Metodologia

A presente revisão bibliográfica sobre autismo foi conduzida com o objetivo de analisar e sintetizar a pesquisa existente sobre esse transtorno do desenvolvimento. A metodologia adotada buscou assegurar um processo rigoroso e sistemático para identificar, selecionar e avaliar os estudos relevantes, a fim de proporcionar uma visão abrangente e atualizada sobre o tema e a luz de teóricos como: SILVA (2018), OLIVEIRA (2021), OLIVEIRA (2022), BENEDIZ E DOMINICONE (2015), entre outros que subsidiaram a reflexão sobre o que é o autismo, as dificuldades que este problema acarreta no desenvolvimento da aprendizagem escolar e sobretudo as principais políticas públicas de inclusão da pessoa com autismo, elaborou-se o presente artigo.

O que requer, portanto, estudo e pesquisas aprofundadas para melhor compreender as principais dificuldades desse público no contexto escolar e como é possível intervir na perspectiva que mesmo estes apresentando desordens cognitivas, é possível desenvolver a aprendizagem e poder conviver com êxito no seu meio, interagindo de forma socializada com autonomia e participação.

Essa metodologia proporcionou uma estrutura sólida e sistemática para a revisão da



literatura sobre autismo, garantindo a inclusão de estudos relevantes e a análise crítica dos resultados. O processo seguiu diretrizes rigorosas para assegurar a validade e a confiabilidade da revisão, contribuindo assim para uma compreensão mais aprofundada e abrangente do autismo no contexto científico contemporâneo.

4. Resultados e Discussão

A partir de um estudo realizado, foi analisado que o autismo, conforme definido pelo CID-11 (2018), é uma síndrome comportamental que afeta o desenvolvimento motor e psiconeurológico, resultando em desafios na cognição, linguagem e interação social da criança. Sua etiologia é multicausal e envolve fatores genéticos, neurológicos e sociais.

Essa condição pode significativamente impactar a aprendizagem escolar, no entanto, mesmo diante das limitações que podem surgir, é possível implementar estratégias com base no apoio e nas orientações fornecidas por diferentes políticas públicas em vigor.

Isso cria um ambiente de apoio que assegura oportunidades e direitos para o desenvolvimento de diversas habilidades por parte dessas crianças (FERNANDES, 2020).

Por isso, é fundamental uma reflexão ampla, bem como pesquisas e estudos contínuos, a fim de compreender mais profundamente as políticas de inclusão e as necessidades de aprendizagem escolar dessa população, isso se deve ao fato de que essas crianças requerem metodologias e estratégias de ensino adequadas, que levem em consideração seus ritmos e estilos de aprendizado individuais.

Conforme Lira (2014) inclusão escolar é um princípio fundamental de uma sociedade inclusiva, onde todas as pessoas, independentemente de suas diferenças, têm o direito de participar plenamente da vida educacional e social. Para indivíduos com TEA, essa inclusão é especialmente vital, uma vez que pode influenciar positivamente seu desenvolvimento, autoestima e habilidades de vida.

Compreendeu-se também com base nas literaturas estudadas que a necessidade de atenção individualizada, recursos adicionais e apoio contínuo coloca pressão sobre as escolas e educadores, o que, por sua vez, destaca a importância de políticas públicas eficazes para orientar a inclusão, visto que implementar políticas inclusivas de forma eficaz requer mais do que



apenas regulamentações legais, é crucial investir em treinamento e desenvolvimento profissional para educadores, a fim de capacitá-los a entender as necessidades individuais dos alunos, a adaptar suas práticas pedagógicas de acordo com as especificidades e promover a conscientização entre os alunos, incentivando a empatia e a compreensão das diferenças.

Para promover uma inclusão escolar efetiva de alunos com TEA, é necessário adotar uma abordagem holística e colaborativa: como:

Capacitação de educadores, fornecendo formação adequada para professores e profissionais da educação sobre estratégias de ensino inclusivas, apoio individualizado com o desenvolvimento de planos de apoio individualizados para alunos com TEA, que abordem suas necessidades específicas e metas de aprendizado, conscientização e sensibilização para promover a conscientização entre os colegas de classe para criar um ambiente mais acolhedor e empático. (RESENDE,2021)

Colaboração entre pais e escola estabelecendo uma comunicação eficaz entre pais, educadores e profissionais de saúde para garantir um apoio contínuo às crianças, como também avaliação contínua regulares do progresso dos alunos ajustando os planos de ensino conforme necessário.

Sobre as principais legislações que resguardam os direitos das pessoas autistas verificou-se que no Brasil, no final de 2012, entrou em vigor a Lei 12.764, popularmente conhecida como Lei Berenice Piana, em homenagem à mãe de um jovem autista, essa legislação estabeleceu que as pessoas com Transtorno do Espectro Autista seriam legalmente reconhecidas como indivíduos com deficiência em todos os aspectos legais.

Com isso todos os direitos previamente garantidos a pessoas com deficiência, como vagas e filas preferenciais, direitos relacionados à educação e terapias, passaram a ser igualmente assegurados às pessoas no espectro do autismo, trata-se de uma lei tem abrangência nacional, sendo aplicável em todo o território brasileiro.

Em 2015, foi promulgada a Lei 13.146, também conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, que não apenas consolidou os direitos das pessoas com diagnóstico de TEA, mas também ampliou esses direitos para todas as Pessoas com Deficiência (PCDs) em geral.

Juntas, essas duas leis desempenham um papel fundamental na garantia dos direitos das



peças autistas e suas famílias, estabelecendo diretrizes e regulamentações em diversos âmbitos, visando à inclusão, igualdade de oportunidades e respeito à dignidade de todas as pessoas com deficiência, incluindo aquelas no espectro do autismo.

No contexto da educação, os direitos garantidos aos indivíduos autistas incluem, acesso à vaga tendo assegurado o direito à matrícula em escolas, e nenhuma instituição de ensino pode recusar a admissão de um aluno com autismo, além disso, não há um limite máximo estabelecido para o número de vagas destinadas à inclusão.

No transporte escolar os alunos autistas têm o direito ao transporte adequado até a escola, garantindo-lhes acesso ao ambiente educacional, direito ao apoio de auxiliar de educação inclusiva, proporcionado o acompanhamento de um profissional de educação inclusiva, cuja função é auxiliar o aluno a participar das aulas ministradas pelo professor regente, bem como promover a interação com os colegas e os funcionários da escola. (OLIVEIRA, 2022)

Adaptação do material didático e das avaliações com base no Plano de Ensino Individualizado (PEI), e o material didático e as avaliações adaptados para atender às necessidades específicas. Esses direitos visam garantir que os alunos autistas tenham igualdade de oportunidades na educação e recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial máximo no ambiente escolar.

Analisou-se a partir da discussão de Oliveira (2020) que as instituições educacionais estão se adaptando progressivamente às abordagens inclusivas, visando integrar alunos com necessidades educacionais especiais nas salas de aula regulares.

Nesse contexto, segue-se a visão de Lira (2014, p.13), que busca "facilitar a adaptação do indivíduo ao ambiente". Portanto, a ênfase recai na permanência de alunos autistas nas salas de aula, permitindo que se desenvolvam dentro das limitações que possam enfrentar.

Diversas estratégias devem ser empregadas para viabilizar a participação bem-sucedida de alunos autistas na sala de aula, essas estratégias incluem o estabelecimento de vínculos afetivos, a comunicação objetiva, o reconhecimento das habilidades individuais, com a apresentação de tarefas em pequenas etapas, o incentivo constante, a promoção de atividades que estimulem o pensamento lógico, a adaptação do currículo, das metodologias e das avaliações, a evitação de atividades prolongadas, o uso de jogos, a exploração do cotidiano, a integração de abordagens sensoriais-visual, auditiva e cinestésica, a criação de atividades alinhadas aos interesses do



aluno, e a utilização de elementos concretos e lúdicos, mesmo nas etapas finais da Educação Básica.(OLIVEIRA, 2022)

Assim, a implementação eficaz dessas estratégias requer ajustes no currículo escolar, na revisão do projeto político-pedagógico e na oferta de formação contínua adequada aos educadores, além do acesso a infraestrutura física, materiais e recursos humanos, como exigido pela legislação educacional brasileira.

Ainda segundo Oliveira (2022) as estratégias de ensino para alunos autistas precisam ser desenvolvidas com base em pesquisas das melhores práticas, com um enfoque significativo nas teorias de análise do comportamento, que é uma abordagem que visa ensinar comportamentos e habilidades aos indivíduos com dificuldades, promovendo sua independência e integração na comunidade. Para alcançar esse objetivo, os profissionais precisam utilizar técnicas que visam desenvolver habilidades de comunicação, interação social, brincadeiras, desempenho acadêmico e autocuidado.

É fundamental compreender que essas estratégias para uma prática pedagógica eficaz com alunos autistas, é importante que o foco se concentre na inclusão genuína, em vez de apenas na integração. Nesse sentido, é fundamental que os profissionais da educação busquem adquirir conhecimento e expertise em ABA -Análise do Comportamento Aplicada, que, como destaca Figueiredo (2014, p. 48), é uma abordagem analítico-comportamental amplamente empregada devido à sua eficácia reconhecida no ensino de crianças autistas (FIGUEIREDO, 2014).

Em suma a inclusão escolar de alunos com TEA é uma questão de justiça, equidade e respeito pela diversidade humana, a medida que continuamos a compreender melhor esse transtorno e suas nuances, é imperativo que nossas políticas e práticas educacionais evoluam para atender às necessidades desses alunos de maneira eficaz.

A inclusão escolar bem-sucedida desses alunos não apenas beneficia diretamente esses indivíduos, mas também enriquece a sociedade como um todo, promovendo a tolerância, a compreensão e a aceitação das diferenças, por isso, é dever coletivo trabalhar em direção a um futuro em que cada criança, independente de suas características, possa trilhar um caminho de aprendizado e crescimento no ambiente escolar de maneira plena e inclusiva.

5. Considerações Finais



O presente artigo buscou analisar a relação entre o autismo e as políticas públicas de inclusão escolar, evidenciando a importância de medidas governamentais que promovam uma educação mais equitativa e inclusiva para indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Ao longo desta investigação, explorou-se diversos aspectos que destacam a necessidade de uma abordagem multidisciplinar e colaborativa para a promoção da inclusão de pessoas com autismo no ambiente escolar.

Com o estudo conclui-se que a inclusão escolar de crianças e adolescentes com TEA é um direito fundamental, respaldado tanto por legislações nacionais quanto por acordos internacionais de direitos humanos. No entanto, a mera existência de leis e regulamentações não garante a efetiva inclusão desses indivíduos, é essencial que essas políticas sejam implementadas de maneira eficaz e acompanhadas de recursos adequados para garantir que todos os alunos, independentemente de suas diferenças, tenham acesso a uma educação de qualidade.

Observou-se ainda ao longo deste estudo, a importância da conscientização e da capacitação de profissionais da educação para lidar com crianças e adolescentes autistas, a formação de professores e demais membros da equipe escolar é um pilar fundamental para o sucesso da inclusão, uma vez que esses profissionais desempenham um papel crucial no dia a dia dos alunos autistas.

A colaboração entre pais, escolas e órgãos governamentais também se mostrou essencial para o desenvolvimento de políticas públicas de inclusão escolar eficazes, sendo portanto, necessário que todos os envolvidos trabalhem em conjunto, compartilhando informações e experiências, a fim de criar ambientes escolares verdadeiramente inclusivos e acolhedores.

Por fim, é importante destacar que a inclusão escolar de alunos com autismo não é apenas uma questão de cumprimento de obrigações legais, mas também uma oportunidade de enriquecimento para toda a comunidade escolar, a diversidade de experiências e perspectivas enriquece o ambiente de aprendizado e prepara os alunos para a convivência em uma sociedade plural e inclusiva.

Em síntese, o autismo e as políticas públicas de inclusão escolar são temas intrinsecamente relacionados que exigem atenção contínua e esforços coordenados de todos os



setores da sociedade para que se possa garantir que crianças e adolescentes com TEA tenham a oportunidade de desenvolver seu pleno potencial educacional é não apenas um imperativo moral, mas também um investimento no futuro de uma sociedade mais justa e inclusiva. Portanto, é fundamental que governos, escolas, profissionais da educação, pais e comunidade trabalhem juntos para transformar as políticas de inclusão em uma realidade concreta e significativa na vida de indivíduos com autismo.

Referências

ALVES, D. E. **O autismo e o processo de inclusão na perspectiva escolar: análise de caso.** Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, SC, 2016.

BRASIL. **Lei Nº 12.764, De 27 De Dezembro de 2012.** Brasília, DF, 2012.

BRASIL. **Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015- Estatuto da Pessoa com Deficiência,** Brasília, DF, 2015.

BRASIL. Lei 14.624, de 17 de julho de 2023. Brasília, DF, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira INEP. Censo Escolar. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em setembro de 2023.

FERNANDES. Conceição Santos. **Diagnóstico de autismo no século XXI: evolução dos domínios nas categorizações nosológicas.** Psicologia USP, volume 31, 2020.

FIGUEIREDO, Carolina Salviano de. **Um estudo sobre programas de intervenção precoce e o engajamento dos pais como coterapeutas de crianças autistas.** Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.



PRINCIPAL, et al.

GRANDIN, Temple. **O cérebro autista**. Tradução Cristina Cavalcanti. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.

JORNAL TERRA-2022. Disponível em : <https://www.terra.com.br/nos/inclusao-de-aluno-autista-avanca-no-brasil-mas-ainda-e-desafio,ed61887f7d1e49ebc7a222ce2cbb63728i5og711.html>. Acesso em setembro de 2023.

NOBRE, Mirla. **Colar de girassóis vira lei para identificar pessoas com deficiências ocultas**. Jornal o Povo. Julho de 2023. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/brasil/2023/07/20/colar-de-girassois-vira-lei-para-identificar-pessoas-com-deficiencias-ocultas.html>. Acesso em 20 de setembro de 2023.

LIRA, Solange Maria de. **Escolarização de alunos autistas: histórias de sala de aula**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

NOZU, W. C. S., BRUNO, M. M. G.; CABRAL, L. S. A. (2018). **Inclusão no Ensino Superior: políticas e práticas na Universidade Federal da Grande Dourados**. Psicologia Escolar e Educacional, 2018.

OLIVEIRA, Julianne Gomes Correia de. **A neoborda autística em Temple Grandin**. Revista Estilos da Clínica, 2022.

OLIVEIRA, Suely de Lemos Alves; TOMAZ, Edileuza Braz; SILVA, Robson José de Moura. **Práticas educativas para alunos com TEA: entre dificuldades e possibilidades**. Revista Educação Pública, v. 21, nº 3, 26 de janeiro de 2021.

PINTO, Rayssa Naftaly Muniz. **Autismo infantil: impacto do diagnóstico e repercussões nas relações familiares**. Rev Gaúcha Enferm. 2016.

RESENDE. **Políticas Públicas De Inclusão Do Aluno Autista Na Educação Básica**



PRINCIPAL, et al.

Brasileira. Revista.ufrr.br/boca. ano III, vol. 5, n.14, Boa Vista, 2021.

SANTOS, Ana Alice Sousa Dos. **Inclusão De Alunos Com Autismo No Ensino Regular: Análise Em Uma Escola De Ensino Fundamental.** SciELO Preprints,2022.

SILVA, Ana Carolina Rodrigues, DIAS, Marcelo: organizadores. **Transtorno do espectro autista: do conceito ao processo terapêutico.** Livro eletrônico. São José/SC : FCEE, 2018

SILVA. **Educação Inclusiva E As Políticas Públicas: Desafios E Incumbências Na Atenção Ao Estudante Autista.**VI Congresso Nacional de Educação, CONEDU,2018.

WEIZENMANN, Luana Stela. **Inclusão Escolar E Autismo: Sentimentos E Práticas Docentes.** Psicologia Escolar e Educacional. 2020.



INSTITUTO INTERNACIONAL
**DESPERTANDO
VOCACÕES**

